

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro



Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online

ISSN 2175-5361
DOI: 10.9789/2175-5361

PESQUISA

Buscando o significado do adolecer em uma instituição de abrigo

Seeking the meaning of reaching adolescence in a shelter institution

Buscando el significado de entrar en la adolescencia en una institución de refugio

Elisama Naara Soares Moreira ¹, Kamyla Felix Oliveira dos Santos ², Cristiani Garrido de Andrade ³, Isabelle Cristinne Pinto Costa ⁴, Maria das Graças Melo Fernandes ⁵, Fabiana de Medeiros Brito ⁶

ABSTRACT

Objective: To reveal the meaning of reaching the adolescence in an shelter institution through the main reasons that led to this experience; to inquire about the representation of the family and care before the institutionalized living and to identify which are the life expectancies of adolescents for the future. **Method:** This was a descriptive, exploratory qualitative study, which used the focus group technique. The data were analyzed according to the Collective Subject Discourse. **Results:** The research revealed the following central ideas: 1) The private world of shelter institutions; 2) Representation of the family X care under the perspective of adolescents and 3) Perspectives, dreams and wishes for the future. **Conclusion:** There was the need for further discussions regarding adolescents' experience with their difficulties in relation to the universe with which they are faced. **Descriptors:** Teenager, Care, Shelter.

RESUMO

Objetivo: Revelar o significado de adolecer em uma instituição de abrigo, mediante os principais motivos que levaram a essa experiência; averiguar acerca da representação da família e do cuidado diante do viver institucionalizado e identificar quais são as expectativas de vida dos adolescentes em relação ao futuro. **Método:** Trata-se de um estudo descritivo e exploratório com abordagem qualitativa, em que se utilizou a técnica de grupo focal. Os dados foram analisados conforme o Discurso do Sujeito Coletivo. **Resultados:** A pesquisa revelou as seguintes ideias centrais: 1) O mundo privado das instituições de abrigo; 2) Representação da família X cuidado sob o olhar dos adolescentes; e 3) Perspectivas, sonhos e desejos em relação ao futuro. **Conclusão:** Evidencia-se a necessidade de novos debates acerca da vivência dos adolescentes em frente das dificuldades em relação ao universo com o qual se defrontam. **Descritores:** Adolescente, Cuidador, Abrigo.

RESUMEN

Objetivo: Revelar el significado de entrar en la adolescencia en una institución de refugio mediante las principales razones que llevaron a esta experiencia, informarse acerca de la representación de la familia y el cuidado ante la vida institucionalizada e identificar cuáles son las expectativas de vida de los adolescentes en relación con el futuro. **Método:** Se realizó un estudio cualitativo exploratorio descriptivo, que utiliza la técnica de grupo focal. Los datos se analizaron de acuerdo con el Discurso del Sujeto Colectivo. **Resultados:** La investigación reveló las siguientes ideas centrales: 1) El mundo privado de las instituciones de refugio, 2) Representación de la atención de la familia X cuidado sobre la perspectiva de los adolescentes y 3) Las perspectivas, los sueños y deseos para el futuro. **Conclusión:** Se destaca la necesidad de discutir al respecto de su experiencia con las dificultades de los adolescentes en relación con el universo con el que se enfrentan. **Descriptor:** Adolescente, Cuidado, Refugio.

¹ Graduanda em Enfermagem pela Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba (FCMPB). João Pessoa, Paraíba-PB, Brasil. Email: naara.elisama@hotmail.com ² Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba - FCMPB. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde do Adulto e do Idoso (GEPsAI/UFPB). João Pessoa, Paraíba-PB, Brasil. E-mail: kamylooliveira@hotmail.com ³ Enfermeira. Fonoaudióloga. Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba - FCMPB. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Bioética - NEPB/UFPB. João Pessoa, Paraíba-PB, Brasil. E-mail: cristiani_garrido@hotmail.com ⁴ Enfermeira, Fonoaudióloga, Doutoranda em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Membro do Núcleo Gestor da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba - FCMPB. Membro e Pesquisadora do Núcleo e Estudos e Pesquisa em Bioética - NEPB/UFPB. UFPB. João Pessoa, Paraíba -PB, Brasil. E-mail: belle_costa@hotmail.com ⁵ Enfermeira. Doutora em Sociologia. Professora do Departamento de Enfermagem Clínica da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde do Adulto e Idoso da UFPB. João Pessoa, Paraíba, Brasil. E-mail: graacafernandes@hotmail.com ⁶ Enfermeira. Mestranda em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba - FCMPB. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde do Adulto e do Idoso (GEPsAI/UFPB). João Pessoa, Paraíba-PB, Brasil. E-mail: fabianabrito_@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A família é considerada a instituição responsável por promover a educação dos filhos e influenciar o comportamento no meio social. Seu papel no desenvolvimento de cada indivíduo é de fundamental importância, pois é a partir do seio familiar que são transmitidos os valores morais e sociais que servirão de base para o processo de socialização, bem como as tradições e os costumes perpetuados através de gerações.¹

Observa-se, contudo, que, na sociedade contemporânea, essa instituição vem sofrendo inúmeras mudanças. O crescente número de abandonos, casos de agressões, maus-tratos, conflitos familiares e abuso sexual ganham, a cada dia, maiores proporções. Nessa perspectiva, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) inaugurou um novo olhar e tratamento às questões da infância e da juventude. Ao regulamentar a aplicação das medidas socioeducativas e de proteção, levou o estabelecimento de políticas de atendimento variadas. As medidas de proteção previstas no ECA, hierarquicamente estabelecidas, preveem, em caso de omissão, abuso ou extrema impossibilidade da família de cuidar de seus filhos no encaminhamento para famílias substitutas e, na falta delas, para abrigos, que são considerados como uma das medidas de proteção especial previstas no artigo 101 do ECA.²

Por conseguinte, é oportuno revelar que abrigo é o nome dado às instituições que têm o objetivo de acolher e de proteger crianças em situação de risco pessoal e/ou social, ou seja, “violados ou ameaçados em seus direitos básicos, seja por ação ou omissão do Estado, pela falta, supressão ou abuso dos pais/responsáveis, ou em razão da própria conduta”.³

Uma ressalva importante a ser feita é sobre o uso dos termos abrigo, abrigamento, instituição e institucionalização. O vocábulo abrigo é relativamente recente, porque nasceu juntamente com o início das discussões e das formulações do ECA (década de 1980)². O termo mais utilizado antes desse período era simplesmente “instituição” para crianças abandonadas, carentes, enfim, em situação de risco pessoal ou social. O processo de abrigamento dessas crianças era chamado institucionalização.³

Os sistemas de abrigamento diferem quanto à modalidade de atendimento da qual duas modalidades distintas devem ser ressaltadas: abrigo tradicional e Casa Lar. Abrigos (do tipo tradicional) são instituições para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, onde eles moram e são cuidados por funcionários, que exercem a função de monitores ou educadores e são responsáveis por suprir as necessidades básicas de alimentação, higiene, saúde, educação, afeto e organização da rotina diária das crianças. O espaço físico é comunitário, e sua principal característica é o elevado número de crianças por cuidador.³

A Casa Lar é um sistema de organização de instituições que abrigam crianças em situação de risco pessoal ou social ou abandono. O objetivo da estrutura de uma Casa Lar é de garantir à criança o direito às necessidades básicas de educação, saúde, lazer e afeto, através do convívio familiar substituto, denominado família social. O ponto fundamental que distingue a Casa Lar do Abrigo é a sua organização, que visa reproduzir um ambiente familiar,

buscando um contato mais afetivo, com figuras de afeto constantes, bem como um menor número, em média, de dez crianças por cuidador.³

No que diz respeito ao local de acolhimento, cumpre um papel social relevante, porquanto oferece suporte físico, material e psicológico a crianças e adolescentes que perderam, provisória ou definitivamente, a proteção dos pais. No entanto, a manutenção da medida de acolhimento por período prolongado e, às vezes, indeterminado leva a sérias consequências no desenvolvimento da criança ou adolescente, na preservação do vínculo familiar e integração na sociedade, por isso, ela deve ser aplicada de forma provisória e excepcional.

Nesse sentido, o abrigamento é, antes de tudo, um momento crucial na vida de uma criança ou adolescente, uma vez que seu universo familiar é substituído pela instituição que o acolhe, e seus laços de parentesco, amizade e vizinhança ficam suspensos e ameaçados. Os vínculos são sobremaneira importantes na vida dessas pessoas, por isso o afeto é imprescindível. Então, cabe à entidade de abrigo colaborar para reintegrá-los às suas famílias, além de atuar visando transformar a realidade vivida pelas famílias que tiveram seus filhos abrigados.²

Não se sabe ao certo quantas crianças e adolescentes estão sem lar atualmente. De acordo com a pesquisa divulgada no final de 2004 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), cerca de 20 mil crianças encontram-se nos 600 abrigos mantidos pelo governo federal. Diante da complexidade dos motivos que levam ao abrigamento, é impossível classificá-lo de modo específico.⁴

A adolescência, foco deste estudo, é a etapa da vida compreendida entre a infância e a fase adulta, marcada por um complexo processo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial. A Organização Mundial da Saúde circunscreve a adolescência à segunda década da vida (de 10 a 19 anos) e considera que a juventude se estende dos 15 aos 24 anos.⁵ Esses adolescentes são classificados ainda como adolescentes jovens (de 15 a 19 anos) e adultos jovens (de 20 a 24 anos).⁶ Contrapondo esses achados, o ECA estabelece que adolescente é o indivíduo com idade entre 12 e 18 anos incompletos, enquanto o termo jovem é empregado para designar a pessoa que tem entre 15 e 29 anos de idade.

Nesse sentido, procuram-se destacar os aspectos de como viver a etapa complexa da adolescência em uma instituição de abrigo, que diariamente passa por experiências significativas por vezes obscuras à sociedade. Justificando-se assim a relevância desta temática para despertar os olhares entre estudantes e profissionais de Enfermagem e da área de saúde como um todo, a conhecer o mundo privado das instituições e promover novas discussões acerca dos direitos, das políticas e das estratégias de enfrentamento, na perspectiva de fomentar uma assistência diferenciada e de boa qualidade e melhorar a vida desses indivíduos. É mister enfatizar que, atualmente, ainda são incipientes as pesquisas relacionadas com a referida temática no que concerne à área de saúde no âmbito nacional. Isso justifica a relevância desta pesquisa, que tem como fio condutor os seguintes questionamentos: Qual o significado de adolecer para os indivíduos abrigados em uma instituição? Quais os principais motivos que os levaram a essa experiência? Qual a representação da família e do cuidado diante do viver institucionalizado? Existe percepção de um futuro para esses adolescentes?

Tendo em vista a problemática ora exposta, o objetivo deste artigo é de revelar o significado de adolecer, em uma Instituição de Abrigo, mediante os principais motivos que levaram a essa experiência; averiguar acerca da representação da família e do cuidado diante do viver institucionalizado e identificar quais são as expectativas de vida dos adolescentes em relação ao futuro.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório com abordagem qualitativa, para cuja coleta dos dados foi empregada a técnica de grupo focal. No tocante aos aspectos conceituais, a técnica é um grupo de discussão informal, de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações em profundidade, para revelar as percepções dos participantes sobre os tópicos em discussão.⁷ Assim, parte-se do pressuposto de que essa atividade grupal resulta em mais diversidade, com mais informações e maior riqueza de detalhes.

O estudo foi realizado em uma instituição de abrigo de referência do município de João Pessoa, na Paraíba (PB), a qual recebe crianças e adolescentes desde 2006, dentro do Programa de Acolhimento da Secretaria de Desenvolvimento Social. A escolha do local se deu pela grande concentração da população-alvo e pela viabilidade da investigação.

Quanto à população, a pesquisa envolveu dezoito adolescentes institucionalizados no período de novembro de 2013. A amostra foi composta por acessibilidade ou por conveniência, e sua formação foi adotada mediante os seguintes critérios de inclusão: adolescentes com limites cronológicos segundo a OMS (10 a 19 anos), com capacidade cognitiva para participar da pesquisa e disponibilidade para os encontros. Assim, a amostra ficou composta por sete participantes.

Os dados foram coletados por meio da técnica de grupo focal, em sala privativa, previamente selecionada, garantindo a privacidade, o conforto e a segurança. Ressalta-se que foi utilizado um roteiro de entrevista contemplando os dados de caracterização dos participantes e questões norteadoras que abordavam os objetivos do estudo. Para viabilizar essa etapa, foram utilizados também um diário de campo e um gravador. Portanto, a coleta dos dados foi feita em cinco encontros, descritos a seguir.

No primeiro e no segundo encontros, foram realizadas dinâmicas de apresentação e interação com o grupo, com brincadeiras para estimular a apresentação e a interação com o grupo focal por meio de brincadeiras, com vistas a promover a descontração entre todos os participantes e pesquisadores e formar vínculos. No final do segundo encontro, foi apresentado o projeto de pesquisa, com ênfase nos objetivos propostos.

No terceiro, no quarto e no quinto encontros, foi elaborado um cronograma de atividades com temas relacionados com o escopo do estudo, sujeito à modificação de acordo com o desenvolvimento das atividades e das manifestações do interesse do grupo. Os temas

abordados durante os encontros foram: viver institucionalizado, motivos de institucionalização, família, cuidado e perspectiva de futuro.

Depois de cada sessão, os autores leram as anotações, transcreveram as gravações e elaboraram instrumentos de análise do Discurso do Sujeito Coletivo, visando cumprir as etapas de operacionalização - agrupamento dos discursos individuais relacionados com cada pergunta/tema; seleção das expressões-chave - trechos selecionados do material que melhor descreve seu conteúdo, identificação das ideias centrais - fórmulas sintéticas que descrevem os sentidos presentes nos discursos. Então, mediante o agrupamento das expressões-chave, cujas ideias centrais apresentavam sentido semelhante ou complementar, foram elaborados os Discursos do Sujeito Coletivo (DSC).⁸

Cumprir assinalar que a pesquisadora respeitou os aspectos éticos e legais da pesquisa com seres humanos, preconizados pela Resolução nº466/12 do Conselho Nacional de Saúde, o princípio ético da autonomia, sobretudo o que se refere ao Termo do Consentimento Livre e Esclarecido e ao Termo de Assentimento, instrumentos imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades de pesquisa com humanos, considerando sua privacidade, dignidade e defesa de sua vulnerabilidade. É importante ressaltar que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Faculdade de Ciências Médicas da Paraíba (CEP/FCMPB), sob o protocolo nº 459.071/2013.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No tocante à caracterização da amostra, observou-se que, dos sete adolescentes, um (15%) era do sexo masculino, e seis (85%), do sexo feminino, com faixa etária variando entre 11 e 13 anos. Os adolescentes estavam em regime integral no abrigo, com tempo de vivência de cinco meses a quatro anos, todos cursando do 5º ao 7º ano do Ensino Fundamental. Desses, alguns realizavam também atividades extras, como curso de língua estrangeira (três participantes) e aulas de informática (dois participantes).

Cumprir assinalar que a maioria dos adolescentes que se encontra na instituição tem pais biológicos ou algum familiar, os quais, por motivos e circunstâncias variáveis, estavam sem condições, seja de ordem financeira ou moral, de conviver com os adolescentes.

Discurso do Sujeito Coletivo

Com base nas respostas extraídas do roteiro de coleta de dados, foi possível identificar as seguintes ideias centrais e expressões-chaves das discussões dos sujeitos participantes: “O mundo privado das instituições de abrigo”, “Representação da família X cuidado sob o olhar dos adolescentes”, “Perspectivas, sonhos e desejos em relação ao futuro”. Partindo das ideias centrais, agruparam-se os fragmentos das respostas, o que possibilitou a elaboração dos DSC, apresentados a seguir.

QUADRO 1 - Ideia central 1 do DSC dos participantes

Questão 1- Qual o significado do viver institucionalizado mediante os principais motivos de institucionalização?
--

IDEIA CENTRAL 1
O mundo privado das instituições de abrigo
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO 1
<i>[...] Só vim para cá porque meu pai fumava maconha e minha mãe morreu [...]; meu padrasto espancava meu irmão; [...] meu pai batia muito na gente desde pequeninha, sempre morei em abrigo [...]; [...] a gente veio porque morava com uma mulher e ela não tinha condições de nos criar; [...] queríamos que aqui não fossemos tão presos. Porque olha só, aqui parece uma prisão, 03 portões, um aqui, outro ali e outro lá [...]; queria sair para algum lugar só; [...] é ruim, você não pode ver amigos, nem eles podem vir aqui, tem que comunicar a coordenadora; [...] eu sou feliz, mais não sou muito não, não vou mentir; [...] a gente está aqui, isso não é felicidade; é aquela felicidade de momento; [...] todo mundo que estar aqui quer completar 18 anos para sair; queria ser livre [...].</i>

QUADRO 2 - Ideia central 2 do DSC dos participantes

Questão 2 - Qual a representação da família e do cuidado diante do viver institucionalizado?
IDEIA CENTRAL 2
Representação da família X cuidado sob o olhar dos adolescentes
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO 2
<i>[...] a família é representada pelo pai e mãe, pelos sentimentos de saudade; fraternidade; carinho; [...] sinto falta de cuidado de mãe e de pai [...]; Eu amo muito minha mãe e ela é a pessoa mais importante para mim; meu pai está sumido; não o vejo mais [...]; [...] não temos contato com o nosso pai, já faz dois anos [...]; Não sei nem onde meu pai ou minha mãe estar [...]; Não quero contato com meu pai não gosto dele [...]; quem cuida da gente é a coordenadora; ela é muito legal, ela cuida bem de nós [...]; tenho cuidado de não tirar nota baixa; cuido de mim, tomo banho e passo perfume; [...] tenho cuidado com meu irmão; e com minha irmã [...].</i>

QUADRO 3 - Ideia central 3 do DSC dos participantes

Questão 3 - Quais são as suas expectativas e sentimentos em relação ao futuro?
IDEIA CENTRAL 3
Perspectivas, sonhos e desejos em relação ao futuro
DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO 3
<i>[...] Vontade de crescer na vida; [...] Fazer a faculdade de dentista, odontologia; [...] ser médico; [...] psiquiatra; [...] veterinária; [...] atriz; [...] arquiteta, porém não sei desenhar; [...] Ganhar muito dinheiro, ser rica [...]; sair daqui; mas quando tiver um emprego, uma faculdade, fico triste por está presa! É</i>

ruim; [...] queria ser uma Borboleta; [...] um águia; [...] um passarinho para ser livre, para voar; [...] minha esperança é encontrar meu pai; e minha mãe; [...] queria tirar meu pai do mundo errado [...].

O mundo privado das instituições de abrigo

O primeiro discurso nos dirige a refletir, a partir da concepção dos adolescentes, sobre o significado do viver institucionalizado e os principais motivos que os levaram à institucionalização. Quando questionados sobre essa temática, os adolescentes se mostraram, de início, um pouco tímidos em resgatar sua história de vida e receoso de fazê-lo, fora e dentro do abrigo, em face dos fortes e traumáticos acontecimentos. Porém, a vivência do grupo permitiu o compartilhamento do resgate de maneira menos impactante pela similaridade de seus motivos que levaram ao abrigamento, o cenário de convívio em comum e por haver alguns dos participantes com grau de consanguinidade (irmãos), estabelecendo-se, assim, um forte vínculo entre eles como também nas relações de amizade construídas no grupo em estudo.

De acordo com os relatos do DSC 1, evidencia-se que os principais motivos que levaram ao abrigamento e os fatores que impedem o seu retorno às famílias são: drogas, abandono, perda de vínculo, falta de condições financeiras e violência doméstica. Diante da complexidade dos motivos que levam ao abrigamento, é impossível classificar de modo específico, razão por que utilizamos a classificação realizada pela pesquisa do IPEA, que afirma que, na maioria das vezes, o que leva as crianças e os adolescentes às instituições são casos de: abandono dos pais ou responsáveis, violência doméstica (maus-tratos físicos e/ou psicológicos praticados pelos pais), alcoolismo, vivência de rua, abuso sexual, problemas de comportamento, entre outros.⁴

É oportuno destacar que a separação involuntária dos pais e a exposição à exploração, à violência e ao abuso, tanto dentro do próprio lar quanto externamente, servem como justificativas para a longa permanência de crianças e adolescentes em instituições abertas ou fechadas, como abrigos, orfanatos e internatos. Segundo uma pesquisa realizada,⁹ a institucionalização precoce ou prolongada de crianças poderá ocasionar sequelas emocionais de forma intensa e, talvez, irreversível.

É importante ressaltar que tais sequelas são advindas, na maioria das vezes, de agressão sofrida antes do processo de institucionalização e do longo período de permanência, conforme se observa no discurso a seguir: *“meu pai batia muito na gente desde pequeninha, sempre morei em abrigo”*. De acordo com pesquisadores, o domicílio é local privilegiado para a ocorrência de grande parte dos eventos violentos que acometem crianças e adolescentes,¹⁰ e esse fato ocorre quando os adultos perdem a noção sobre limites e valores familiares e expõem as crianças a situações de violência.¹¹

Assim, crianças e adolescentes figuram entre os segmentos populacionais mais vulneráveis a sofrer pela violação de seus direitos, afetando direta e indiretamente sua saúde física, mental e emocional.¹² O ECA (Lei n.º 8.069, 1990) prevê a proteção integral de crianças e adolescentes, preconizando que não serão objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No tocante ao viver institucionalizado, percebe-se, nos discursos dos adolescentes, o desejo de liberdade como fator relevante e evidente, como neste exemplo: “*queria ser livre [...]; queria sair para algum lugar só [...]; todo mundo que estar aqui quer completar 18 anos para sair [...]*”. De acordo com o artigo 101, o abrigo é definido como uma “medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade”. Assim, o papel da instituição, durante o período de permanência, é de fazer um trabalho de proteção sistemático, de reinserção com a família ou algum parente, auxiliando com programas de preparação para o desligamento institucional ao atingir a maioridade, ajudando a inclusão na sociedade, no mercado de trabalho e em oportunidades que possam contribuir para uma vida adulta satisfatória.

Ressalte-se, todavia, que, no momento em que a criança e o adolescente são institucionalizados, essa gama de proteção é meramente simplificada a um tratamento massificado, padronizado, que os limita e os segrega da família e da comunidade. Há uma coletivização de suas vidas, sem um olhar individualizado. Suas qualidades e limitações são, por vezes, reduzidas e tratadas como crianças e adolescentes abandonados.¹³

Quando institucionalizados, seguem uma rotina preestabelecida e são privados de desenvolver seu potencial como indivíduos. O que se vislumbra é um número, uma coletividade (a instituição não oferece condições de uma criança ou de um adolescente desenvolverem sua personalidade, sua individualidade) que disputa o mesmo espaço e a atenção das pessoas. A criança e o adolescente são privados de seu espaço subjetivo, vivem numa realidade de “família” artificial e carente afetivamente, desamparados no que tange à segurança de se sentirem amados.¹³

Assim, percebe-se que os sujeitos que residem na instituição são provenientes de um mundo repleto de privações; que passam pela precariedade da habitação coletiva, ausência de espaços de lazer, debilidade no atendimento à saúde, entre outros fatores. A liberdade tão desejada, não raras vezes, é relacionada com a rotina que segue as normas (horário de acordar, ver televisão, quartos coletivos), portanto, merecem, entre tantas limitações a que são submetidos, uma atenção especial dos profissionais que o acolhem, porquanto passam por um momento de transição complexo de seu ciclo vital.

Representação da família X cuidado sob o olhar dos adolescentes

O DSC 2 expressa sentimentos e expressões sobre a representação da família e do cuidado para os adolescentes institucionalizados. Os sentimentos que eles relatam em relação à família se diferenciam pelos seus discursos, num misto de saudade, de curiosidade de saber onde se encontram o pai e a mãe e de revolta.

Segundo Arruda,¹⁴ o cotidiano do abrigo é permeado por histórias, acontecimentos, desejos e solicitações, que fazem com que todos os sujeitos que ali vivem lidem com situações que podem ser agradáveis ou não e com fatos de suas próprias histórias de vida.

De acordo com o relato dos participantes, “[...] a família é representada pelo pai e mãe, pelos sentimentos de saudade; fraternidade; carinho [...]”. Em consonância com esses achados, uma pesquisa mostrou que surge uma imensa quantidade de sentimentos desvelados pelos adolescentes ao refletirem sobre a sua família, mostrando a compreensão de que é o que esperam da família imbuídos de esperança que possibilitarão o crescer/desenvolver e amadurecer de forma saudável.¹⁵

Os discursos também revelam sentimentos de tristeza e revolta, como este: “*Não quero contato com meu, pai não gosto dele*”. Nesse contexto, os conflitos e as frustrações desencadeiam uma série de perturbações emocionais. Assim, pode-se observar que as experiências emocionais remetam a um acompanhamento extremamente importante do processo de desenvolvimento desses adolescentes.

Os relatos dos participantes adquirem, ainda, outras conotações, quando focamos a relação com a mãe. No discurso: “*Eu amo muito minha mãe e ela é a pessoa mais importante para mim*”, observa-se a valorização da figura materna, que, de acordo com a pesquisa, é um pouco mais ativa e autônoma, tanto em relação à sua vida pessoal quanto social, e mais disponível para responder às necessidades físicas e emocionais das crianças e dos adolescentes.¹⁶

Durante o período da coleta dos dados, uma das participantes que falava afetuosamente da mãe se deparou com a separação definitiva de sua genitora devido a um processo de adoecimento e morte. O momento de falar da família foi delicado com a participação dela, que, com os irmãos, ficou bastante triste. Porém, no grupo, foram discutidas estratégias de superação para começarem a aprender a lidar com a perda de um membro da família e a viver melhor o período de luto.

Nota-se, portanto, que a família exerce um papel de destaque no desenvolvimento de seus integrantes. A incumbência se potencializa em relação aos adolescentes, uma vez que essa fase é compreendida como um processo de transição marcada por grandes transformações biológicas e comportamentais.¹⁷

No que concerne à representação do cuidado, a responsável pela instituição aparece significativamente nos relatos: “*Quem cuida da gente é a coordenadora; ela é muito legal, ela cuida bem de nós.*”. Entre os adolescentes e a cuidadora responsável, há uma relação de confiança que permite que eles se sintam seguros ao conversar sobre as histórias de vida ou qualquer tipo de assunto. Atuar em uma instituição de abrigo requer dos profissionais um olhar diferenciado para a população, uma vez que, por meio do cuidado deles, se estabelece um vínculo afetivo intenso e humanizado.¹⁸

Vale ressaltar que os jovens institucionalizados precisam estabelecer relações afetivas com os cuidadores e precisam deles para se estruturar como sujeitos, afinal, são os próprios que os escutam e os entendem; que cuidam deles atendendo as suas necessidades à medida do possível, que lhes dão carinho, afeto, que lhes proporcionam oportunidades seguras de explorar e conhecer o mundo que os rodeiam, condições essenciais ao adequado crescimento e desenvolvimento.¹⁹

Ao apreciar o discurso dos adolescentes, nota-se que eles se mostram bastante envolvidos quanto ao cuidado relacionado com os estudos: “*Tenho cuidado de não tirar nota baixa*”. A instituição participante do estudo oferece apoio educacional e atividades extras como curso de computação e língua estrangeira, proporcionando aos jovens oportunidades para um futuro qualificado. Destarte, espera-se que as escolas sejam ambientes seguros e saudáveis, onde crianças e adolescentes possam desenvolver, ao máximo, os seus potenciais intelectuais e sociais.²⁰

Ressalte-se, porém, que há uma representação restrita acerca do cuidado, abreviando-se o cuidar de si (estudos e da higiene) e dos seus familiares (irmãos). Os aspectos conceituais

do cuidado variam em seu uso e dependem do contexto e de sua utilização. Contudo ele relaciona-se com o conceito de responsabilidade e de confiança.²¹ Cuidar envolve mais do que uma prática social compassiva, ou trabalho institucionalizado no âmbito dos cuidados da saúde, é uma atitude, um modo de ser, a semelhança de uma virtude que se busca, e não, simplesmente, um papel social que se desempenha.²²

O cuidado promete tornar “integral” e “humanizada” a atenção por fazer aparecerem sujeitos onde antes havia apenas objetos; de promover diálogo onde antes só havia monólogos dirigidos, de integrar em totalidades de sentido o que estava disperso em fragmentos objetivos.²³ Nesse contexto, é de suma relevância prestar o cuidado diferenciado e qualificado a essa população vulnerável, para que se transforme em sujeitos ativos no processo do cuidar.

Perspectivas, sonhos e desejos em relação ao futuro

No que concerne ao DSC 3, há perspectiva de um futuro promissor em todos os relatos: “*Vontade de crescer na vida*”. Os participantes querem continuar os estudos, frequentar o ensino superior e sair da instituição só quando suas vidas estiverem organizadas, quando tiverem condições de se sustentar sozinhos. As afirmações contradizem os resultados do estudo de Gomes,²⁴ em que nenhum jovem que esteve institucionalizado reconheceu a intencionalidade ou prática de construção de um projeto pessoal e profissional.

Assim, apesar de algumas queixas, os adolescentes não deixam de ter seus sonhos, projetos, vontades e esperanças. Cada um, com sua maneira singular e pura, traduz seus sentimentos de maneira segura e determinada. Entretanto, apesar de haver uma tendência em caracterizar a adolescência como um momento de dificuldades, cada vez mais se tem enfatizado a necessidade de considerar que esse também é um momento de intensa exploração e descoberta de múltiplas oportunidades.²⁵

Além da vontade de serem profissionais qualificados, os participantes da pesquisa atribuíram o sentimento de esperança ao desejo de reencontrar o pai ou a mãe que não veem há algum tempo: “*minha esperança é encontrar meu pai; e minha mãe*”. Mesmo diante das situações enfrentadas, como abandono e violência, os adolescentes desejam intensamente reencontrar sua família de origem e morar com ela. Por isso é de extrema importância que os membros responsáveis dos abrigos e os demais envolvidos na assistência a essa população conheçam a realidade e reflitam sempre sobre estratégias, promovendo visitas periódicas dos pais ou algum membro da família em benefício do adolescente.

Surgiram ainda relatos que reafirmaram a menção ao desejo de liberdade: “*Fico triste por está presa! É ruim; [...] queria ser uma borboleta; [...] um águia; [...] um passarinho para ser livre, para voar*”. Sentimentos como esses, geralmente, podem estar envolvidos com a carência, a falta de contato com membros da família e com a sociedade, e isso faz com que esses jovens em fase de transição despertem para outra realidade.

De acordo com o artigo 19 do ECA, a permanência do adolescente em programa de acolhimento institucional não deve ultrapassar mais de dois anos, “salvo comprovada a necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária”. O período de permanência dos adolescentes envolvidos no estudo é de cinco meses a quatro anos, porém, apesar de existir um trabalho de reinserção da instituição no meio social, em que os responsáveis fazem atividades diferenciadas (passeios,

cinema, praia) para tornarem o dia a dia desses jovens mais interessantes, ainda há certa insatisfação em sua permanência.

Diante do exposto, é fundamental manter o sentimento de esperança, de ser estimulado por todos que os cercam, pois é o que poderá impulsioná-los e estimulá-los a lutar por seus sonhos e seus direitos, para que sejam cidadãos dignos e honrados e desempenhem seu papel na sociedade.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do estudo possibilitou investigar sobre a realidade das instituições de abrigo e a vida dos adolescentes que vivem inseridos no ambiente institucional. Esta é uma temática ainda pouco conhecida e discutida em seu contexto pela sociedade e pela Academia, em que se observa um quantitativo ínfimo de estudos relacionados com a temática no âmbito nacional.

Por meio do DSC1, o estudo mostrou como é o processo do adolescer na instituição, através das narrativas dos adolescentes, com suas histórias e experiências de vida que os levaram a estar no local da pesquisa. Dentre os principais motivos de institucionalização, destacaram-se: as drogas, o abandono, a perda de vínculo, a falta de condições financeiras e a violência doméstica. Outro aspecto relevante evidenciado neste trabalho foi o forte desejo de liberdade relacionado com o mundo repleto de privações vivenciado pelos adolescentes.

No que concerne ao DSC2, identificou-se o significado da família e do cuidado sob sua ótica. No entanto, mesmo tendo vivenciado situações de negligência familiar, violência, uso de drogas, alguns adolescentes sentem a falta do pai e da mãe e idealizam uma família com carinho, proteção e cuidado; outros se contrapõem com sentimentos ora de revolta, ora de afeto. No tocante à significação do cuidado, constatou-se que houve uma representação restrita, relacionando com o cuidado fornecido pela coordenadora, o cuidado deles com os estudos, o cuidar de si e dos seus familiares.

O DSC3 expressou que, apesar das adversidades vivenciadas pelos adolescentes, eles conseguiram superar suas histórias e se encontram com expectativa de realizar seus sonhos, após a saída da instituição, conseguindo atribuir outros significados a sua vida e permitindo planejar um futuro com realizações profissionais após conseguir a liberdade tão esperada.

Convém enfatizar que estar em contato com os adolescentes nos possibilitou viver uma nova experiência, cujo aprendizado é levado para toda a formação profissional e as relações familiares. A pesquisa pretende, assim, contribuir para promover uma reflexão sobre o contexto de abrigamento, porque é necessário o olhar dos serviços e dos profissionais responsáveis para as políticas de proteção, acolhimento, humanização e cuidado, para que possam amparar adequadamente a população de que se trata, promovendo-lhe a reinserção mais saudável e satisfatória na sociedade. Logo, este trabalho precisa continuar, tendo em vista as dificuldades em relação ao universo com o qual nos defrontamos e os sentimentos que emergem do contato com a realidade.

REFERÊNCIAS

1. Carvalho MCB. O lugar da família na política social. In: Carvalho, Maria do C. B. de (org.). A família contemporânea em debate. 7ª ed. - São Paulo: EDUC/Cortez; 2003. p.15-22.
2. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990.
3. Weber DNL, Prada GC. O abrigo: análise de relatos de crianças vítimas de violência doméstica que vivem em instituições. *Revista de Psicologia da UNESP*. 2006; 1(5).
4. Silva ERA. O direito à convivência familiar comunitária: abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. Brasília: IPEA/CONANDA; 2004.
5. Organização Mundial de Saúde (2001). Relatório sobre a saúde no mundo 2001: Saúde mental: nova concepção, nova esperança. Brasil; 2001.
6. Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial; 2002.
7. Berti HW, Ayres JA, Lima MJR, Mendes RWB. Dilemas e angústias de enfermeiros plantonistas evidenciados em grupo focal. *Rev. Esc. Enferm. USP*. 2010; 44(1):174-181.
8. Lefèvre F, Lefèvre AMC, Teixeira JJV. Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Líber Livro; 2005.
9. Cavalcante, LLIC, Magalhaes CMC, Pontes FAR. Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. *Aletheia, Universidade Luterana do Brasil*. 2007; 25:20-34.
10. Abranches CD, Assis SG, Thiago O. Violência psicológica e contexto familiar de adolescentes usuários de serviços ambulatoriais em um hospital pediátrico público terciário. *Ciênc. saúde coletiva*. 2013; 18(10):2995-3006.
11. Gabatz RIB, Padoin STM, Neves ET, Terra MG. Fatores relacionados à institucionalização: perspectivas de crianças de violência intrafamiliar. *Rev Gaucha Enferm*. 2010; 31(4):670-677.
12. Aragão AS, Ferriani MGC, Vendruscolo TS, Souza SL, Gomes R. Abordagem dos casos de violência contra a criança pela Enfermagem na atenção básica. *Rev. Lat. Am. Enferm*. 2013; 21: 172-179.
13. Vasconcelos KEL, Moreira EM. Infância, infâncias: o ser criança em espaços socialmente distintos. *Rev. Serviço Social & Sociedade*. 2003; 76:177.
14. Arruda IC. O cotidiano de um abrigo para crianças e adolescentes: uma simplicidade complexa [dissertação]. São Paulo: Universidade Católica, 2006.
15. Silva RI, Sousa FGM, Santos MH, Cunha CLF, Silva TP, Barbosa DC. Significado e valores de família para adolescentes escolares. *Rev. Rene Fortal*. 2011; 12(4): 783-9.
16. Coutinho MJ, Sani AI. Casa abrigo: a solução ou o problema?. *Psic.: Teor. e Pesq*. 2010; 26(4): 633-641.
17. Torres CA, Barbosa EM, Pinheiro PNC, Vieira NFC. A Saúde e a educação popular. *Rev Rene*. 2010; 11(4): 47-56.
18. Vectore C, Carvalho C. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Rev. Sem da Ass. Bras. de Psis. Escolar e Educacional (ABRAPEE)*. 2008; 12(2):441-449.
19. Marques CML, Cano MAT, Vendruscolo TS. A percepção dos cuidadores sociais de crianças em abrigo em relação ao processo do cuidar. *Serviço Social & Realidade, Franca*, 2007; 16(2):22-41.
20. Mendes CS. Violência na escola: conhecer para intervir. *Referência*. 2010; 2(12): 71-82.
21. Heller A. On the concept of care. In: Pinheiro R, Aluiso GSI. *Cidadania no Cuidado: o universo e o comum na integralidade das ações*. Rio de Janeiro. 2011; 344.
22. Zuben NAV. Vulnerabilidade e finitude: a ética do cuidado do outro. *Sint-Rev. de Filosofia*. 2012; 39(25):433-456.
23. Ayres, JRCM. Organização das ações de atenção a saúde: modelos e praticas. *Saúde e Sociedade*. 2009; 18(2):11-23.
24. Gomes, MP. Percursos de vida dos jovens após a saída dos lares de infância e juventude. 2005. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais do ISCTE.
25. Senna SRCM, Dessen M A. Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 2012; 28(1):101-108.

Recebido em: 10/01/2014
Revisões requeridas: Não
Aprovado em: 31/07/2014
Publicado em: 01/10/2014

Endereço de contato dos autores:
Fabiana Medeiros de Brito
Universidade Federal da Paraíba - UFPBR. Artur Santos Viana n.31
Centro/Cabedelo - PB. CEP:58100-575
Telefone:(83)9608-2544/8824-0023